



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral-1841)**

DIEx nº 2-ASSE2/SSEF/SEF - CIRCULAR

EB: 64689.000033/2020-01

Brasília, DF, 6 de janeiro de 2020.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 10ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 11ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 12ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 1ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 2ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 3ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 4ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 5ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 6ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 8ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 9ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: modalidade para pagamento do seguro DPVAT

Anexos: 1) DIEx nº 367-ASSE2/SSEF/SEF, de 26 SET 19; e

2) 180_08JUN18_TODAS_ICFEX_PAGAMENTO_SEGURO_DPVAT.

1. Versa o presente expediente acerca de modalidade a ser utilizada para viabilizar o pagamento do seguro DPVAT.

2. A respeito do assunto, esta Secretaria expediu o documento anexo, o qual solicitava que as ICFEx orientassem suas Unidades Gestoras Vinculadas (UGV) a utilizar a dispensa de licitação para o pagamento do seguro DPVAT. Tal solicitação encontrou amparo legal na Orientação nº 3, expedida pela Advocacia Geral da União (AGU), por intermédio da Consultoria Jurídica da União do Rio Grande do Sul.

3. No entanto, algumas ICFEx entraram em contato com a Assessoria 2/SEF e relataram haver divergências no entendimento desse tema, uma vez que existem Consultorias Jurídicas que se manifestaram contrárias ao teor da orientação nº 3 supracitada.

4. Assim, com apoio da Assessoria Jurídica da SEF, foi verificado que pareceres e orientações emitidos pelas Consultorias Jurídicas situadas nos estados da federação não são vinculantes.

5. Isto posto, solicito que as ICFEx tornem sem efeito o DIEx nº 367 e voltem a adotar o que estava previsto no DIEx nº 180-ASSE2/SSEF/SEF - CIRCULAR, de 8 de junho de 2018, também anexo.

6. Por fim, para os esclarecimentos que se façam necessários, coloco à disposição o Maj DEMIAN (Adj Asse2/SEF), por intermédio do telefone (61) 2035-3022 ou RITEx 860-3022.

Gen Div LAELIO SOARES DE ANDRADE

Subsecretário de Economia e Finanças

**"INTENDÊNCIA: SOLDADO DO ACANTO, UM SÉCULO DE EXCELÊNCIA NA
LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE"**